

# IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

## Portugal, território de territórios

---

ÁREA TEMÁTICA: : Conhecimento, Ciência, e Tecnologia [ST]

---

**POR UNIVERSIDADES COMUNS: ESPAÇO E GENEALOGIA DAS EMERGÊNCIAS NAS  
UNIVERSIDADES EUROPEIAS CONTEMPORÂNEAS**

---

CARROZZA, Chiara;

Universidade de Coimbra; [chiaracarrozza@ces.uc.pt](mailto:chiaracarrozza@ces.uc.pt)

---

CASTELA, Tiago;

Universidade de Coimbra; [tcastela@ces.uc.pt](mailto:tcastela@ces.uc.pt)

---

#### Resumo

Este trabalho reflecte sobre o modo como a teoria crítica do espaço pode contribuir para uma genealogia das emergências nas universidades europeias contemporâneas. A literatura existente estuda as mudanças nas condições da vida académica, sendo esta crescentemente caracterizada pelo trabalho precário e por um mercado de trabalho fragmentado - mesmo em estados onde aumentou o investimento na Educação Superior (ES). Tal literatura aborda a neoliberalização para compreender as transformações nas experiências vividas. No entanto, inspirados pela “etnografia crítica” de Hart, suspeitamos de narrativas incapacitantes em relação à neoliberalização. As práticas governamentais estarão certamente ligadas a um enfoque nas hierarquias académicas globais, incluindo modelos normativos de como as universidades devem ser estruturalmente ajustadas para que possam competir; mas os aspectos da vida académica descritos não são meras variações “locais”, já que são constituídos de um modo contingente e através de práticas situadas. Evocamos perspectivas metodológicas dos estudos do espaço para defender um exame diacrónico da articulação situada da neoliberalização com persistências de racionalidades de governo pretéritas. Como alternativa ao enfoque numa excelência desenvolvente no quadro de hierarquias, este trabalho sugere exercícios prospectivos fundados nas potencialidades situadas de todas as universidades enquanto universidades “comuns” - simultaneamente “ordinárias” e um recurso colectivo.

#### Abstract

This paper presents a reflection on how spatial theory can contribute to a genealogy of emergences in contemporary European universities. The extant literature examines the changing conditions for academic life, increasingly characterized by casualized labor, a fragmented job market, and projectification - even in states where Higher Education (HE) investment has increased. Research has addressed neoliberalization to shed light on changing lived experiences. However, inspired by Hart’s “critical ethnography,” we are suspicious of disabling teleological narratives regarding neoliberalization. While national and local governmental practices are arguably linked to an attention to global academic hierarchies, entailing normative models of how universities everywhere inevitably have to be structurally adjusted in order to compete, the features of academic life described above are not mere “local” variations, as they are constituted contingently and through situated practices. By evoking methodological perspectives within spatial studies, the paper argues for a dyacronic examination of how neoliberalization is situatedly articulated with persistencies of past rationalities of rule in European HE systems. The paper proposes prospective exercises based on the situated potentialities of all universities as “common” universities—both “ordinary” and a collective resource - instead of being founded on a developmental focus on excellence within national, regional, and global hierarchies.

Palavras-chave: sistemas de Ensino Superior; excelência; neoliberalização; teoria espacial; universidades comuns

Keywords: Higher Education systems; excellence; neoliberalization; spatial theory; common universities

[COM0636]



## **Introdução: espaço e genealogia dos sistemas de Ensino Superior**

Este trabalho reflecte sobre o modo como a teoria crítica do espaço contribui para uma genealogia das emergências nas universidades europeias, como a crescente disjunção entre a pedagogia e a investigação. Evocamos em particular as perspectivas dos estudos do espaço que partem da crítica do desenvolvimento enquanto lógica, de modo a propor como base para a prospectiva em todo o mundo o estudo das potencialidades situadas dos espaços sociais enquanto espaços “comuns” ou ordinários, como sugere a geógrafa Jennifer Robinson (Robinson, 2002; 2006). Estando as políticas de Ensino Superior na região europeia condicionadas por um enfoque na “excelência científica”, como notou recentemente a cientista política Inga Ulnicane (2015), entre outros, argumentamos que este enfoque é parte de uma narrativa normativa de desenvolvimento mais ampla, predominando um discurso sobre uma suposta competição global pelo conhecimento, no quadro da qual estados, universidades, e académicos são confrontados com metáforas espaciais como “bater à porta . . . dos mais avançados” (Fiolhais, 2011, p. 17). É difícil compreender os exercícios prospectivos passados que condicionaram as emergências actuais sem notar tal dimensão desenvolvente da “excelência”, e o modo como implica uma negligência das potencialidades situadas. Consequentemente, este trabalho defende a necessidade de complementar as valiosas avaliações sincrónicas já realizadas através de uma genealogia, de um exame diacrónico dos sistemas de Ensino Superior na região europeia. Propomos que poderá ser particularmente relevante explorar os modos como as práticas concretas e situadas articularam a neoliberalização—processo a que muitas análises têm estado atentas—com as persistências de racionalidades de governo passadas, persistências essas que têm sido pouco estudadas.

Começaremos por fazer uma breve revisão da recente literatura sobre as mudanças nas condições da vida académica. Em seguida, apresentaremos algumas das conclusões da nossa investigação sobre a história do planeamento da actual paisagem de trabalho académico em Portugal, em que cada vez mais predomina o trabalho temporário. Colocaremos em tensão com essa história a experiência vivida e plural dos sujeitos. Concluiremos defendendo a ideia de “universidades comuns”.

Do planeamento situado da paisagem de trabalho académico temporário à experiência vivida

Trabalhos de investigação empírica têm explorado desde o início do século as mudanças nas condições da vida académica. Esta é cada vez mais caracterizada por: contratos de trabalho temporários; por um mercado de trabalho fragmentado; por lógicas de projecto; e por uma tendência para a disjunção entre os domínios do ensino e da investigação. Estas mudanças ocorrem mesmo nos estados da região europeia onde o investimento estatal no sistema de Ensino Superior tem aumentado, como em Portugal—pelo menos em termos nominais.

Se dificilmente podemos falar de “uma profissão académica europeia”, como recentemente questionaram Teichler e Höhle (2013), um conjunto de tendências convergentes começou por ser examinado no campo da geografia em estados de língua inglesa na década anterior: o aprofundar da segmentação do mercado de trabalho académico, produzindo uma divisão entre docentes com nomeação definitiva e não-docentes sem nomeação definitiva, segundo o geógrafo Noel Castree (2000, p. 966); ou entre contratos permanentes e contratos a termo, seguindo a tendência de uma “precarização do trabalho académico”, segundo uma equipa liderada pela geógrafa Nicola Shelton (2001, p. 434).

Mais recentemente, o projeto de investigação EUROAC da Universidade de Kassel, liderado por Teichler e Höhle, sugere que nos estados europeus analisados o emprego estável de académicos seniores é um padrão geral, enquanto académicos juniores tendem a ter contratos temporários por um período relativamente longo das suas carreiras (2013). Os contratos a curto prazo de académicos juniores representam cerca de um quarto dos contratos em universidades na Irlanda e no Reino Unido, enquanto em metade dos países europeus para os quais existe informação disponível os contratos de curto prazo representam mais de dois terços—no caso português, 69 por cento. Note-se que este dado se baseia num inquérito, não coincidindo com as várias

estatísticas oficiais que não podemos abordar aqui em detalhe. Os contratos a curto prazo não abrangem apenas posições de investigação ligadas a projetos específicos e temporalmente limitados, como acontecia no passado, mas são também utilizados para posições de docência. Para além disso, um aumento da importância dos contratos a termo na investigação, com salários garantidos apenas até ao final do projeto, significa que os investigadores passam muito do seu tempo procurando assegurar oportunidades de financiamento.

Tendo em conta estas tendências convergentes, a investigação tem utilizado o conceito de neoliberalização para compreender as mudanças nas experiências de vida, principalmente tendo em conta a difusão do fomento de subjectividades “empreendedoras”. De acordo com a teórica cultural feminista Rosalind Gill, a academia representa um exemplo excelente da neoliberalização do local de trabalho, notando-se as características que uma extensa literatura tem examinado no campo da indústria cultural: uma preponderância de trabalhos temporários, intermitentes, e precários; longas horas e padrões bulímicos de trabalho; o colapso ou o apagar das fronteiras entre o trabalho e o lazer; salários baixos; altos níveis de mobilidade; dedicação apaixonada ao trabalho; e também a experiência da insegurança e da ansiedade em relação a encontrar trabalho, ganhar dinheiro suficiente, e acompanhar as mudanças de campos em fluxo (2009, p. 232).

No entanto, inspirados pela “etnografia crítica” proposta pela geógrafa Gillian Hart (2006), suspeitamos de narrativas teleológicas incapacitantes em relação à neoliberalização. De facto, as práticas governamentais nacionais e locais que formam os sistemas de Ensino Superior estarão ligadas a um enfoque nas hierarquias académicas globais, incluindo modelos normativos de como as universidades em todo o lado inevitavelmente devem ser estruturalmente ajustadas para que possam competir. Mas os aspetos emergentes do trabalho académico descritos acima não são meras “variações ‘locais’ de um processo ‘global’” (*Ibid.*, 2006, p. 981), já que são constituídos de um modo contingente e através de práticas situadas.

Sugerimos que entender as disjunções emergentes requer uma atenção ao modo como a governamentalidade neoliberal é articulada de um modo situado com as persistências de racionalidades de governo passadas que se fundam na centralização, na homogeneização, e no planeamento dirigido. Consequentemente, fizemos duas perguntas específicas na nossa investigação, associadas a métodos distintos. Em primeiro lugar, perguntamos: que práticas estatais situadas constituíram a actual paisagem de trabalho académico temporário em Portugal, e de que modo invocaram a racionalidade do planeamento central? A nossa hipótese era que essa paisagem havia sido planeada explicitamente enquanto projecto benéfico, em vez de nos limitarmos à ideia de uma neoliberalização dissimulada ou mesmo inconsciente do sistema de ensino superior. A resposta a que chegamos é que a ideia central desse planeamento foi a impossibilidade de reforma das universidades portuguesas através da deliberação propriamente política, e a necessidade de uma intervenção técnica, desenvolvente, e transformadora, criando-se entidades que através da sua posição de externalidade parcial em relação às universidades fossem actantes; de um modo análogo ao modo como o programa POLIS desafiou a democratização local no campo do urbanismo, questão abordada no trabalho de Idalina Baptista (2013). Nesse quadro, a paisagem de trabalho temporário era defendida como um mecanismo temporário, já que após um período de transição os académicos com contratos temporários seriam gradualmente integrados em posições de carreira. Recorremos principalmente a trabalho de arquivo sobre fontes primárias e secundárias, após um número restrito de entrevistas exploratórias com actores.

Em segundo lugar, perguntamos: como é que as trajetórias de investigadores temporários enquanto actores participaram na formação do actual sistema de Ensino Superior em Portugal? Recorremos a 9 entrevistas com investigadoras e investigadores em Lisboa, Coimbra, e Porto, procurando assegurar uma diversidade de género, nacionalidade, tipos de vínculos, áreas científicas, e relação com o activismo. A hipótese era que existiria uma diversidade de modos de participação. Foi apenas parcialmente confirmada, existindo, por exemplo, um contínuo entre subordinação total e isolamento, não totalmente explicável pelas tradições disciplinares. No entanto, as entrevistas revelaram uma tendência para a homogeneidade de práticas, experiências e valorizações comuns sob condições de desigualdade: a dificuldade ou mesmo impossibilidade do acesso a contratos permanentes através de concursos públicos; a consequente consolidação de uma categoria desigual de trabalhadores académicos; a tensão entre o discurso da mobilidade e os

constrangimentos numa vida familiar espacialmente restrita, na maior parte dos casos; a naturalização da excelência mensurável através da quantidade de publicações; e, finalmente, o impacto muito reduzido nas paisagens pedagógicas dos investigadores temporariamente contratados, já que raramente parecem contribuir para linhas de investigação. Ou seja, o único benefício a longo prazo para as instituições parece ser a melhoria das avaliações externas graças ao aumento das publicações.

Poderá assim ser considerado que o projecto de reforma das universidades portuguesas “locais” e “pouco desenvolvidas” através das trajetórias de investigadores “excelentes” e “internacionais” - mas temporários, que transformariam as instituições numa posição de externalidade - teve efeitos concretos e não antecipados: a emergência e consolidação de um regime dual de trabalho académico no quadro do aumento do investimento público e de um discurso da temporariedade do trabalho temporário, supostamente necessária num momento de desenvolvimento.

### **Conclusão: por universidades comuns**

O enganador fantasma da prestigiada universidade de investigação da América do Norte assombra os sistemas universitários europeus, como mostra a crescente literatura europeia sobre o “empreendedorismo universitário” (O’Shea et al., 2005; entre outros), de um modo que é paradoxalmente contrário ao fomento de relações produtivas entre a pedagogia e a investigação, e ao sistema de acesso à nomeação definitiva que é crucial para tais relações produtivas. Para que as práticas governamentais fomentem paisagens académicas sustentáveis na região europeia, é essencial desarticular a lógica da despesa dos discursos sobre a competição e o desenvolvimento, concentrando-nos em vez disso nas potencialidades situadas de “universidades comuns”, parafraseando o trabalho de Robinson sobre as cidades (2002; 2006). Concebemos o nosso trabalho de campo de modo a sustentar a ideia de exercícios prospectivos baseados nas potencialidades de todas as universidades enquanto universidades “comuns”: ou seja, simultaneamente “ordinárias” e um recurso colectivo. Questionamos, portanto, a fundação das imaginações do futuro na concentração na ideia de uma “excelência” desenvolvente, que desenvolve no quadro de hierarquias nacionais, regionais, e globais.

### **Referências**

- Baptista, I. (2013). Practices of exception in urban governance: reconfiguring power inside the state. *Urban Studies*, 50 (1): 39-54.
- Castree, N. (2000). Professionalisation, activism, and the university: Whither ‘critical geography’? *Environment and Planning A*, 32: 955-970.
- Fiolhais, C. (2011). *A Ciência em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Gill, R. (2009). “Breaking the Silence: The Hidden Injuries of Neo-liberal Academia”. In Flood, R. & Gill R. (Eds.), *Secrecy and Silence in the Research Process: Feminist Reflections*. Londres: Routledge.
- Hart, G. (2006). Denaturalizing dispossession: Critical ethnography in the age of resurgent imperialism. *Antipode*, 38 (5): 977-1004.
- O’Shea, R., Allen, T., Chevalier, A. & Roche, F. (2005). Entrepreneurial Orientation, Technology Transfer and Spinoff Performance of US Universities. *Research Policy*, 34 (7): 994-1009.
- Robinson, J. (2002). Global and world cities: A view from off the map. *International Journal of Urban and Regional Research*, 26 (3): 531-554.
- Robinson, J. (2006). *Ordinary Cities: Between Modernity and Development*. Abingdon, Oxon: Routledge.
- Shelton, N., et al. (2001). Working at the coalface: Contract staff, academic initiation and the RAE. *Area*, 33 (4): 434-439.

Teichler, U. & Höhle, E. (Eds.) (2013). *The Work Situation of the Academic Profession in Europe*. Dordrecht: Springer Publishers.

Ulicane, I. (2015). Broadening aims and building support in science, technology and innovation policy: The case of the European Research Area. *Journal of Contemporary European Research*, 11 (1): 31-49.